



POBREZA CAI, MAS AINDA ATINGE 31,6% DOS BRASILEIROS

Número de pessoas pobres baixou de 78 milhões em 2021 para 67,8 milhões em 2022. Queda é atribuída a programas sociais



NÚMERO DE PESSOAS EXTREMAMENTE POBRES TAMBÉM CAIU, PARA 12,7 MILHÕES EM 2022

DESIGUALDADE SOCIAL

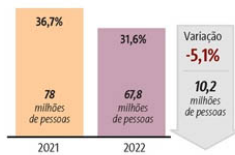
Rio de Janeiro – Sob impacto da retomada do mercado de trabalho e da ampliação do Auxílio Brasil, a taxa de pobreza no país caiu do patamar recorde de 36,7% em 2021 para 31,6% em 2022. É o que indica a Síntese de Indicadores Sociais, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em termos absolutos, o número de pessoas consideradas pobres baixou de 78 milhões em 2021 para 67,8 milhões em 2022. Isso significa que 10,2 milhões de pessoas deixaram a situação de pobreza no ano passado. O contingente se aproxima da população total do Rio Grande do Sul, que foi de 10,9 milhões em 2022, conforme o Censo Demográfico.

A taxa de 31,6%, registrada no ano passado, é a menor desde 2020 (31%), ano inicial da pandemia. À época, o auxílio emergencial e outros benefícios haviam reduzido a pobreza no país. A menor taxa da série histórica, iniciada em 2012, ocorreu em 2014 (30,8%).

A Síntese de Indicadores Sociais analisa estatísticas de fontes como a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), também produzida pelo IBGE. Nesta edição da síntese, o instituto atualizou as linhas de pobreza e extrema pobreza, seguindo critérios recomendados pelo Banco Mundial.

Com a revisão na série histórica, a linha de pobreza passou de US\$ 5,50 para US\$ 6,85 em PPC (paridade do poder de compra). A de extrema pobreza, por sua vez, pulou de US\$ 1,90 para US\$ 2,15, também em PPC. Na prática, pessoas que viviam com quantias inferiores a essas por dia foram consideradas pobres ou extremamente pobres.

POBREZA NO BRASIL (até US\$ 6,85 por dia em PPC*)

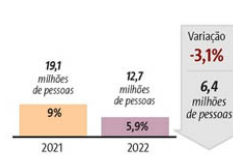


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

De acordo com o IBGE, a taxa de extrema pobreza também recuou na passagem de 2021 para 2022. Saiu do recorde de 9% para 5,9%, o menor patamar desde 2015 (5,6%). O número de pessoas extremamente pobres caiu de 19,1 milhões em 2021 para 12,7 milhões em 2022. A redução foi estimada em 6,5 milhões. Esse número supera a população inteira do município do Rio de Janeiro, contabilizada em 6,2 milhões no Censo do ano passado.

André Simões, um dos analistas da síntese do IBGE, avalia que a queda da extrema pobreza refletiu em grande parte as transferências de programas sociais. As vésperas das eleições de 2022, o governo Jair Bolsonaro (PL) anunciou a ampliação do Auxílio Brasil, que voltou a ser chamado de Bolsa Família em 2023, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No caso da pobreza, a baixa também

EXTREMA POBREZA NO BRASIL (até US\$ 2,15 por dia em PPC*)



esteve associada a esse fator, além de contar com o impacto da retomada do mercado de trabalho, segundo o pesquisador. "Na questão [da queda] da pobreza, o peso do mercado de trabalho é maior. Na extrema pobreza, são os benefícios que atuam para fazer a redução", disse Simões.

Os impactos da ausência hipotética dos programas sociais teriam elevado em 12% a proporção de pobres do país em 2022, que passaria de 31,6% para 35,4%. Já a extrema pobreza teria sido 80% maior em 2022, passando de 5,9% para 10,6% da população do país.

Caso não existissem programas sociais, o índice de Gini que mede a desigualdade na distribuição de renda, teria sido 5,5% maior, passando dos atuais 0,518 para 0,548. O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda, apontando a

diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O índice varia de zero a um, sendo que zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. Já o um significa o extremo da desigualdade, ou seja, uma só pessoa detém toda a riqueza.

CONDIÇÕES DE MORADIA

Os dados divulgados pelo IBGE mostram também a realidade das condições da moradia no país. A maior parte da população brasileira (64,6%) vive em domicílios próprios e já pagos. Esse percentual vem caindo desde o início da série, em 2016 (67,8%). A condição de domicílio alugado aumentou, saindo de 17,3% em 2016 para 20,2% em 2022. Entre a população mais pobre, esse percentual foi 18,3%, 4,0 pontos percentuais acima de 2016. Entre os mais ricos, foi de 21% em 2022, 3,2 p.p. acima de 2016.

Em 2022, faltava documentação para 13,6% das pessoas que viviam em domicílios próprios, ou 9,6% do total da população. Essa proporção caiu 2 pontos percentuais ante 2019 (11,6%). Entre a população mais pobre, 18,5% vivem em domicílios próprios sem documentação.

Onus excessivo com aluguel atingia 23,3% da população residente em domicílios alugados (4,7% do total da população). Essa vulnerabilidade atinge mais a mulher sem cônjuge com filho de até 14 anos (14,2%), os arranjos unipessoais (9,6%) e a população mais pobre (9,7%).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Nacional Pagina: 8